



A revista Risco iniciará no próximo período uma nova fase de afirmação de seu caráter científico e da sua proposta de tornar-se um veículo qualificado de divulgação da produção acadêmica em arquitetura e urbanismo. Para tanto, os artigos dos números editados serão objeto de marcação.

Marcação, ou linguagem de marcação, significa a aplicação de uma série de códigos pré-definidos a um texto, de forma a extrair determinadas informações passíveis de serem processadas por programas eletrônicos que alimentam as bases de indexação e que permitem o intercâmbio e a totalização de dados acadêmicos.

Inicialmente, uma parcela dos números já editados será trabalhada e, posteriormente, o conjunto das edições, bem como todo novo número. Este trabalho representa a condição primeira, e necessária, para a indexação da Revista nas bases nacionais e internacionais, que continua dependendo da qualidade dos artigos e do compromisso com a seriedade da linha editorial, quesitos, que acreditamos, serem constitutivos da Risco.

Este número 7 da Risco traz, na seção *Artigos e Ensaios*, dez trabalhos que abrangem vários aspectos da produção da área de arquitetura e urbanismo. Luiza Videsott, no trabalho “Os Candangos”, discute a obra de Bruno Giorgi, seus significados e suas nomenclaturas, como chave para indagar sobre a identidade dos trabalhadores que construíram a Capital Federal. O texto toca em uma questão fundamental do modernismo brasileiro, a assimetria presente entre as dimensões nacional e social, que

resulta em ocultamentos e lacunas nas leituras históricas.

Essa situação verifica-se de forma exemplar em outro trabalho, o de Maria Tereza Regina Leme de Barros Cordido, “Edifícios públicos - Arquitetura forense: arquitetura moderna questionando a simbologia e mitos do poder judiciário no Estado de São Paulo”, que aborda a produção moderna de equipamentos públicos, particularmente, os da Justiça, durante o governo de Carvalho Pinto no Estado de São Paulo (1959-1963), através do Plano de Ação (PAGE). Esta produção, que entre obras novas, reformas e ampliações alcançou a cifra de mais de mil empreendimentos é um exemplo do envolvimento dos arquitetos modernos em pensar e propor novos espaços para equipamentos sociais, mas que talvez, justamente, por conta desse perfil (social), nunca foi valorizada enquanto tal, sendo obliterada pela plasticidade dos edifícios de Brasília e, sobretudo, pela idéia de uma linguagem arquitetônica nacional que as edificações da capital incorporam. Os Fóruns de arquitetos como Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha, Joaquim Guedes, Fábio Penteadó, David Libeskind, Jorge Wilhelm, Paulo Sérgio Souza Silva, Alberto Botti, dentre outros, guardam semelhanças e diferenças que revelam as poéticas individuais, mas, sobretudo, a amplitude variada das concepções modernas que conheceu uma oportunidade impar de experimentação.

O Plano de Ação e seu programa social foi muito importante, mas nele havia também uma lacuna, a da habitação social. Nunca é demais lembrar o lugar da habitação na teleologia da própria arquitetura

**Figura:** Fórum de Araras, SP.  
Fonte: arquivo da Companhia Paulista de Obras e Serviços.

moderna. Da mesma forma, faz-se necessário lembrar o Inquérito Nacional de Arquitetura de 1961, que no auge do ufanismo desenvolvimentista pós-Brasília, colocava em pauta a necessidade de discutir um Plano Nacional de Habitação. Assim, em que pese as características que o modernismo brasileiro assumiu através do viés nacional, os ocultamentos maiores são sempre aqueles produzidos pelas leituras históricas, e menos os representados pelos programas empíricos enfrentados, ou discutidos, pelos arquitetos. É o que nos revela o trabalho de Ana Carolina de Souza Bierrenbach que no artigo “Conexão Borsóí–Bardi: Sobre os limites das casas populares”, discute duas experiências de habitação popular, suas conexões e, sobretudo, as concepções arquitetônicas dos arquitetos que buscavam associar as práticas correntes com soluções funcionais.

Há dois artigos que, por caminhos muito diversos, discutem as formas que a crítica e o pensamento projetivo sobre as cidades ganharam forma a partir dos anos 1950. Em “Derivações de um discurso ou As Córdoba de Miguel Angel Roca”, Gisela Barcelos de Souza analisa as mudanças no discurso arquitetônico e urbanístico do arquiteto argentino em um breve lapso de tempo, 3 anos, no qual a presença de Khan cedeu lugar as formulações do ideário da cidade figurativa “compreendida como a reconstrução, ou resgate, dos espaços públicos tradicionais, de modo geral, e, em algumas vezes, como a leitura da cidade como um conjunto de bairros multifuncionais”. Nesta guinada de Roca o que se evidencia é a multiplicidade de questões presentes na revisão do ideário arquitetônico, que se desenvolveu a partir dos CIAM posteriores a segunda guerra e que postulavam pensar e projetar, edifícios e espaços urbanos, para além das concepções funcionais. Estas, presentes como substrato nas cidades americanas, são o objeto de reflexão de Sartre que Adson Cristiano Bozzi Ramatis Lima destaca em “Imago Mundi: a escritura do mundo % A arquitetura norte-americana sob o olhar de Jean-Paul Sartre”. No seu relato de viagem aos EUA, o filósofo francês, após alguns dias escreveu “eu compreendi que uma cidade americana era, na origem, um acampamento no deserto.” O texto discute justamente as (tortuosas) relações entre a cidade imaginada - as cidades americanas, como as cidades do futuro – e a cidade real visitada. O

interessante é que a viagem de Sartre foi realizada no início dos anos 1950, e a revisão do pensamento urbano que animou as formulações de Roca se inicia justamente nesse período, particularmente na Europa. A história, o passado e a identidade estarão em grande parte presentes nessa revisão. Para Lima, interpretando Sartre, o passado nas cidades americanas “é um resíduo (...), que pode tomar a forma de uma construção, de uma ponte, de trilhos de metrô de superfície, não tem nem jamais terá a dignidade de um monumento, como ocorre nas cidades européias. Esta concepção aparece transferida à praça nas propostas de Roca, que propunha que fosse pensada como um “monumento de celebração do encontro”, como destaca Souza.

O artigo de Vanessa Rosa Machado “Arte e espaço público nos filmes de Lygia Pape” discute a trajetória, ou melhor, reconstrói uma trajetória da artista carioca ao longo de 5 décadas, na qual é possível fazer um paralelo com as discussões arquitetônicas citadas, ainda que sua leitura seja também autônoma, centrada na questão do espaço público. De todo modo, há um primeiro momento na trajetória, que pode ser vista como parte do amplo “projeto cultural moderno”, no qual se destacam o roteiro para um filme sobre Brasília (1959), a idealização da Nova Capital e as esperanças em torno da modernização; o segundo momento, verifica a crise do projeto moderno ao analisar as obras participativas na segunda metade dos anos 1960, como “Ovo” (1968), “Divisor” (1968) e “Roda dos prazeres” (1968), e os filmes realizados sobre elas. Já no terceiro momento através de filmes, Pape comparece mais reflexiva e crítica, menos propositora, como em “Eat me” (1975), “Wampirou” (1974) e “Carnival in Rio” (1974), cujas referências à indústria cultural e a publicidade desnudam o esgotamento do espaço público.

Em uma outra chave de questões, o trabalho “A problemática socioambiental na formação do arquiteto: perspectivas e desafios apontados por um estudo do currículo de um Curso de Arquitetura e Urbanismo” de Alessandra Pavesi e Denise de Freitas, discute as conseqüências advindas da introdução da questão sócio-ambiental, tanto na formação do arquiteto e urbanista, atestando a natureza complexa e problemática da

ambientalização curricular, como na concepção do perfil deste profissional.

Analisando diretamente a questão habitacional, este número da *Risco* traz três artigos. Um primeiro, "Estudar e habitar em São Carlos: avaliação pós-ocupação da habitação estudantil no entorno do Campus da USP São Carlos", de Márcio Minto Fabrício e Juliana Senzi Zancul, trata de uma questão específica, mas de grande impacto na cidade de São Carlos ao avaliar a qualidade habitacional de apartamentos em edifícios de três a quatro pavimentos ofertados para estudantes universitários na cidade, por meio da aplicação de métodos e técnicas de Avaliação Pós-Ocupação, verificando os aspectos funcionais e construtivos tanto das unidades habitacionais como das áreas comuns dos edifícios. Os outros dois artigos discutem o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), que apesar de relativamente novo alcançou uma grande aceitação, não apenas regional, como a maioria dos programas habitacionais, mas efetivamente nacional. O PAR introduziu, através do arrendamento, além da possibilidade da locação social, ou pelo menos da discussão dos valores sociais presentes na noção da 'casa própria', como incorporou a crítica, na sua concepção, aos grandes conjuntos habitacionais da era BNH produzidos na periferia, ou para além da mancha urbana, acarretando graves problemas urbanos.

No artigo "O Programa de Arrendamento Residencial – PAR: acesso diferenciado à moradia

e à cidade", Mariana Fialho Bonates verifica a extensão das concepções implantadas pelo PAR e de que forma as suas propostas, como a intenção de aproveitar os vazios urbanos, vêm se desenvolvendo.

Já em "A casa [própria] alugada: questões da política pública habitacional", Ana Cristina de Araújo, analisando o conjunto das normativas do PAR, foca o estudo no paradigma da 'casa própria', através de um estudo de caso realizado no Residencial Cavaleri, em Marília/SP, fornecendo vários elementos que indicam o questionamento e mesmo a superação do paradigma, em face da expressiva difusão do Programa de Arrendamento Residencial.

Na seção *Janela*, Cláudio Soares Braga Furtado faz uma justa homenagem ao arquiteto Joaquim Guedes no ensaio "Matéria e modelos da arquitetura de Joaquim Guedes", revelando aspectos de seu pensamento e da sua obra, que indicam uma densidade cultural, por vezes subtraída pelas suas posturas políticas, que redimensionam a compreensão à sua arquitetura.

Agradecemos à colaboração de todos aqueles que enviaram artigos, dos pareceristas, professores, técnicos e colaboradores em geral que permitiram com o seu trabalho a realização deste número 7 da *Risco*, reafirmando o compromisso com o debate de idéias, fundamental para a renovação constante do conhecimento.